

CEPON



Mais leitos e atendimento 24 horas

Dois anos e meio após o início das obras, os novos espaços do Centro de Pesquisas Oncológicas (Cepon) estão prontos para receber pacientes em tratamento contra o câncer, vindos de todo o Estado.

Já está funcionando uma nova unidade de internação com 36 leitos, além de um pronto atendimento 24 horas e um centro cirúrgico de pequeno porte. O investimento para a realização desta etapa foi de R\$ 10 milhões.

Mais obras - Durante inauguração das novas alas, o governador Raimundo Colombo anunciou que o governo já recebeu o projeto para a execução da terceira etapa das obras no Cepon, estimada em R\$ 17 milhões.

Descentralização do tratamento

Apesar da existência de núcleos de tratamento de câncer em diversas regiões do Estado, muitos procedimentos ainda são realizados apenas na Capital. Em entrevista à Adjori/SC, o secretário estadual da Saúde, Dalmo de Oliveira, citou algumas medidas que o governo tem buscado para descentralizar o tratamento nessa área. "Estamos, de forma geral, capacitando cada vez mais hospitais de referência em oncologia e tratamento quimioterápico ou criando novos centros de referência para aproximar mais o cidadão do seu local de tratamento", afirmou.

Quimioterapia - Já foi confirmada a habilitação para quimioterapia nos municípios de São Miguel do Oeste e Rio do Sul. A aprovação pelo Ministério da Saúde é esperada ainda para este ano. Para o ano que vem, a expectativa é a habilitação desse procedimento em Concórdia e São Bento do Sul.

Radioterapia - Outra medida de descentralização citada pelo secretário é a compra, ainda a ser efetivada pelo Ministério da Saúde, de cinco aceleradores nucleares - equipamentos utilizados para radioterapia, que devem ser distribuídos pelo Estado. Têm prioridade Tubarão, que ainda não possui este equipamento, e Chapecó, que está sobrecarregada nas demandas para esse tipo de tratamento.

CAMINHONEIRO

Uma lei na contramão

Legislação que regulamenta a jornada de trabalho dos caminhoneiros recebe críticas de motoristas, transportadoras e usuários de fretes

Foram necessários quase quatro anos, e pelo menos 50 audiências públicas, para se chegar à regulamentação da profissão de caminhoneiro. A lei 12.619, sancionada pela presidente Dilma em abril e com ação punitiva desde 27 de julho, normatiza a jornada de trabalho, o tempo de direção e os períodos de descanso dos condutores de caminhões. Com ela, espera-se reduzir o alto índice de acidentes envolvendo caminhões nas estradas brasileiras, muitos deles motivados pelo excessivo número de horas na direção sem descanso. Embora bem intencionada, a legislação está merecendo críticas de todos os lados.

O presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), Marco Antonio Zordan, disse que "quem fez a lei não tem transportadora, não enxerga a cadeia que o processo envolve". Ressaltou que, apesar de ter seu lado positivo do ponto de vista do motorista, vai causar um desarranjo no sistema de transporte especialmente daqueles de mercadorias perecíveis, como laticínios, e mesmo de animais vivos. "Faltam motoristas para possibilitar o cumprimento da lei", alega Zordan que, prevê, ainda, mais um aumento de custos que certamente terá que ser repassado. Como diretor da Agropecuária Aurora, Zordan vê também grande transtorno para as agroindústrias dependentes de fretes.

Já o presidente da Federação das Empresas de Transporte de Carga e Logística de Santa Ca-



Protestos - Em Santa Catarina, o movimento dos caminhoneiros ocorreu em trechos de rodovias em Maravilha (foto), Catanduvas, Chapecó, Concórdia, Cunha Porã, Dionísio Cerqueira, São Miguel do Oeste e Xanxerê. Além da lei 12.619, críticas à Resolução da ANTT.

tarina (Fetrancesc) Pedro Lopes, lembra que essa regulamentação é resultado de um processo longo, que envolveu caminhoneiros, transportadoras e o Ministério Público e que "o país está na encruzilhada da regulamentação da atividade, e todos terão que se adaptar". Reconhece que haverá aumento de custos em toda a cadeia dependente do transporte de carga rodoviária, responsável por 60% de tudo que é transportado no país. Em Santa Catarina, são 16.600 empresas; 237 mil veículos e 420 mil empregos (300 mil motoristas e 120 mil administrativos).

Mais impostos

Junto com a nova lei, que impõe as condições de trabalho para o caminhoneiro, o Governo Federal vislumbrou um aumento na arrecadação de impostos. Segundo Lopes, estima-se em R\$ 45 bilhões a movimentação de cargas na informalidade. "Com a exigência de pagamento por meio eletrônico - e não mais via carta-frete - definida pela Resolução 3.658 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o transportador tem

que sair da informalidade. Muitos caminhoneiros autônomos vão ter dificuldade de operar", acredita.

Ele estima que 25% dos profissionais autônomos tendem a sair do mercado. "Ou se organizam em cooperativas, ou se ligam a transportadoras ou não vão aguentar", prevê. O presidente da Fetrancesc enxerga, porém, um lado positivo na medida. "Vai moralizar o setor, acabando com a concorrência desleal de quem não arca com a pesada carga de tributos que incide sobre as empresas", acentua

Lopes acredita, inclusive, que os protestos dos caminhoneiros, que bloquearam trechos de estradas em diversos pontos do país, têm entre os principais motivos o decreto da ANTT.

O que diz a lei

Entre outras disposições, a lei estabelece 10 horas diárias como tempo máximo ao volante, tendo a cada quatro horas de direção descanso mínimo de 30 minutos. E ainda: 11 horas de repouso diário e 35 horas de descanso semanal.

Sob pressão

O Governo Federal pediu prazo até 8 de agosto para apresentar uma resposta às reivindicações dos caminhoneiros. Impôs, como condição, o fim do bloqueio nas rodovias. A informação foi prestada pelo presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), Diumar Costa, após reunir-se com o ministro dos Transportes, Paulo Passos, na terça-feira, dia 31. A CNTA representa 60% dos dois milhões de caminhoneiros autônomos em atuação no país.

As queixas de cada um

■ Os **caminhoneiros** alegam que há exageros nos períodos de descanso e que as viagens serão mais demoradas, portanto vão faturar menos. Temem ficar inadimplentes. Apontam, também, a precariedade das estradas, que já eleva o tempo de transporte, e a falta de pontos de parada adequados nas rodovias. Discordam da Resolução da ANTT.

■ Os **empresários das transportadoras** alegam que será preciso ampliar o quadro de funcionários. Além de onerar o custo, não há motoristas para atender a demanda. Alertam, ainda, que o excesso

de paradas complica o transporte de mercadorias perecíveis, de animais vivos, de cargas tóxicas e inflamáveis. Já se estima reajustes entre 10% e 20% para o frete convencional e de até 50% nas operações com contêineres, também por conta do reajuste do diesel.

■ Os **usuários de frete** já preveem aumento no preço do serviço e, em alguns casos, necessidade de elevar os estoques de certos produtos - o que também onera o custo - já que a mercadoria demorará mais a chegar. Um exemplo é o carregamento de milho para abastecer as agroindústrias.

FECOMÉRCIO

Ação contra greve nos portos em SC

Em uma iniciativa inédita, a Fecomércio-SC acionou a Justiça pedindo a continuidade dos serviços indispensáveis nos portos estaduais. A greve nacional dos servidores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) resultou na suspensão total dos trabalhos de fiscalização e liberação dos produtos em três aeroportos (Joinville, Chapecó e Florianópolis), nos cinco portos (Navegantes, Itajaí, Imbituba, São Francisco do Sul e Itapoá) e também na fronteira (Dionísio Cerqueira).

Segundo o diretor executivo da Fecomércio-SC, Marcos Arzua, a não liberação de mercadorias pela Anvisa, tanto de produtos importados como dos destinados ao exterior já está causando sérios problemas às empresas. "O setor empresarial já vive um momento delicado com o desaquecimento da economia. Não é justo que seja abalado pelo desacerto entre o Governo Federal e os servidores públicos", alegou.

Dos seis mandados de segurança impetrados, a Fecomércio já obteve garantia de realização dos serviços da Anvisa a todos os seus representados e aos sindicatos filiados nos portos de São Francisco do Sul e Itapoá.

IDELI SALVATTI



Agenda em dia

A ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, fez um balanço das atividades do primeiro semestre de votações no Congresso Nacional em entrevista exclusiva à Adjori/SC. Ideli destacou a aprovação de matérias prioritárias para o Brasil, como a Lei Geral da Copa, e o trabalho intenso para manter a agenda do Congresso em dia. A extensão do Regime Diferenciado de Contratações para todas as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) também foi considerada importante pela ministra, que acredita que a medida irá acelerar os investimentos públicos nos estados e municípios. A relação do Governo Federal com o Congresso e os partidos, e a transparência política também foram temas da entrevista que você confere no site www.adjorisc.com.br